

Lúcia acha absurdo embargo à lei

A presidente da Câmara Legislativa, Lúcia Carvalho, considera absurdo o embargo à lei que permite a regularização das invasões pelo comércio das entrequadradas. Ela afirmou que Brasília não pode continuar engessada porque outras cidades tombadas pelo Patrimônio da Humanidade já sofreram alterações. "Em Paris, por exemplo, os bares das avenidas entre o Arco do Triunfo e a Praça Central da Independência ocupam calçadas e pagam pela ocupação", afirmou.

"Por que Brasília, que também é patrimônio histórico como Paris, não pode ter ocupação ordenada?", indagou a presidente do Legislativo local. Se a lei sancionada pelo governador Cristovam Buarque for derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, Lúcia afirma que, por exemplo, a área invadida pelo tradicional bar Beirute vai ser demolida. "É um absurdo essa situação porque o Ministério Público está acatando a decisão de apenas um cidadão" (o arquiteto

Carlos Magalhães, ex-secretário de Obras do governo José Aparecido).

"É uma grande hipocrisia", acusou o administrador do Plano Piloto, Valter Peninha. E acrescentou: "Como as invasões de áreas públicas continuam, a medida impede que o governo arrecade o equivalente a 4 milhões de dólares por ano e reverta em benefícios sociais para a população".

O presidente da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury, informou que se os 2.700 lojistas iniciassem o projeto de ampliação de suas lojas cerca de 22 categorias, entre arquitetos, engenheiros, economistas, serralheiro, pedreiros, seriam contratados, além de comerciantes. "Cada loja ampliada deve contratar no mínimo mais três empregados", prevê.

Ele explicou que o plano urbanístico de Brasília só determinou a construção de lojas pequenas nas entrequadradas - apenas 3,5 metros de largura por 15 de comprimento - porque o presidente Juscelino Kubitschek e o urbanista Lúcio Costa tinham pressa em construir a cidade em apenas quatro anos. "Mas o próprio plano prevê a extensão da área de crescimento", argumentou. Lindberg também defendeu uma reformulação no Plano Urbanístico de Brasília. "Estamos na Brasília de 1997", destacou.

O **Jornal de Brasília** tentou falar com o arquiteto Carlos Magalhães, autor da representação ao Ministério Público, mas, até o fechamento dessa edição, não conseguiu localizá-lo por telefone. (AS)

Marcos de Oliveira



Plano original de Brasília tinha lojas pequenas, mas previu ampliação